

# **AUTOGESTÃO: MARCA INDELÉVEL DA CRÍTICA AO CAPITALISMO NO PÓS-GUERRA (1945-1973) <sup>1</sup>**

Everton Werneck de Almeida<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho revela os resultados de um trabalho de revisão bibliográfica cujo objetivo consistia em buscar as diferentes concepções de autogestão presentes no pensamento dos principais teóricos que abordaram tal temática, no intervalo compreendido entre o fim da segunda guerra mundial e meados da década de 1970, período hegemonizado pelo modelo hegemônico fordista-keynesiano. Com efeito, parte-se do princípio de que a autogestão é um subproduto das contradições e antagonismos inerentes a conflitiva ordem capitalista. Assim sendo, a autogestão social seria uma bandeira histórica do movimento operário e socialista, teorizada pelos principais pensadores ligados a tal movimento.

**Palavras-chave:** Autogestão, Desenvolvimento capitalista, Fordismo, Keynesianismo

## **SELF-MAGEMENT: INDELEBLE MARK OF THE CRITIC OF CAPITALISM IN THE POST-WAR (1945-1973)**

**Abstract:** This paper reveals the results of a meticulous work of literature review whose objective was to seek the different self-management concepts in the thinking of the major theorists who have addressed this subject in the interval between the end of World War II and the mid-1970s ,period hegemonized the Fordist-Keynesian hegemonic model. Indeed, part of it is assumed that the self is a byproduct of the contradictions and antagonisms inherent in conflictive capitalist order. Thus, the social ownership would be a historical flag of the workers' and socialist movement, theorized by leading thinkers attached to such a move. This paper will show how the various self-management concepts are born and reflect very specific historical contexts, from the conditions under which gives the capitalist development and its inseparable class struggle.

**Keywords:** Self-Management, Capitalist Developmentalism, Fordism, Keynesianism

---

<sup>1</sup>Este artigo é parte da dissertação intitulada *O pensamento autogestionário e a crítica ao capitalismo*, defendida no âmbito do programa de pós-graduação em serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2012.

<sup>2</sup> Graduado em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em serviço social pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professor de sociologia no ensino médio da rede estadual de educação do Rio de Janeiro.

## 1. Introdução

Segundo Bourdet e Guillerm, o termo “autogestão” passou a ser empregado somente nos anos 1950, muito embora variadas ideias e práticas de coletivização e democracia no trabalho fossem disseminadas desde o século XIX<sup>3</sup>. Todavia, o que viria a ser *autogestão*?

No decorrer deste trabalho adotamos a designação mínima de autogestão como sendo: *organização onde o poder de decisão dos assuntos coletivos caberia aos seus próprios integrantes, inexistindo um corpo separado de funcionários especializados na gestão dos assuntos coletivos*.

Por outro lado, é importante demarcar de imediato a intrínseca ligação da proposta autogestionária com o movimento operário e os ideais socialistas. Ou seja, a autogestão emerge e se dissemina no pensamento e militância no contexto da tradição operária e socialista.

A pista para compreender porque o capitalismo surge como terreno mais fértil para o florescimento de ideias autogestionárias, quem fornece é Marx<sup>4</sup>, quando ressalta o papel progressista cumprido pelo sistema do capital no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas.

Sim, o capitalismo alavanca a produção de riquezas, impulsiona o progresso científico e tecnológico. Mas de que maneira? A dinâmica do capital, cuja consequência Marx enfatizou, reside na busca pela crescente valorização do capital investido, com a extração de mais valor do operariado. O burguês possui duas formas de fazer o trabalhador produzir mais, ganhando o mesmo ou menos em salário. Através da simples extensão da jornada sem pagamento adicional (o mais valor absoluto) ou por intermédio da introdução de máquinas, tecnologias e formas de organização do trabalho voltadas para a intensificação do trabalho e consequente

---

<sup>3</sup> NAHAS, Valéria Guimarães. “Autogestão.” In: CATTANI, Antonio D; HOLZMAN, Lorena (Orgs). Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

<sup>4</sup> MARX, Karl. “O manifesto comunista” In: \_\_\_\_\_ Obras escolhidas. Tomo I. Lisboa: edições Avante, 1982.

incremento da produtividade do empregado. Assim ele produz mais dentro da mesma jornada de trabalho paga pelo capitalista (o mais valor relativo).

É dentro desse contexto, marcado pela concorrência por mercados, que o capitalista se moverá em busca do constante aumento de sua produtividade. Para isto, lança mão do aprofundamento da divisão do trabalho, da introdução de maquinários e de novas tecnologias, dentre outras medidas. E isso se realiza por meio da heterogestão que intensifica e estende essa disciplina sobre amplos contingentes de trabalhadores. *Num sistema “heterogestionário”, as funções de direção e execução encontrar-se-iam nitidamente separadas, quer seja no interior do processo produtivo, quer seja nos demais âmbitos da vida social (instituições de ensino, de cultura, de lazer, de política e locais de moradia).*

Braverman<sup>5</sup>, por meio de relato histórico, mostra como o trabalhador vai, progressivamente, perdendo o controle sobre o processo produtivo, vendo a sua participação no trabalho ser cada vez mais reduzida a gestos simples e repetitivos; debruçado sobre máquinas e tecnologias; vigiado e comandado por outrem<sup>6</sup>.

Junto a esse processo de “degradação do trabalho”, caminha a tendência à destruição ou subsunção de modos de produção antigos ao novo modo de produção hegemônico<sup>7</sup>, através do livre jogo da concorrência, que arruína pequenos proprietários em geral, “atirando-os às fileiras do proletariado”<sup>8</sup>. Sendo assim, novas levas de trabalhadores explorados surgem, não somente em termos de propriedade quanto com relação aos saberes e domínio sobre seu próprio trabalho.

---

<sup>5</sup> BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1977.

<sup>6</sup> *Pari passu* a esse processo de “degradação do trabalho”, segundo Braverman (1977), avança a criação de hierarquias e postos de supervisão no interior da indústria com o objetivo de controlar a produtividade de cada operário.

<sup>7</sup> MARX, Karl. O Capital. Cap. VI (inédito). Porto: Publicações Escorpião, 1977.

<sup>8</sup> MARX, Karl. “O manifesto comunista” In: \_\_\_\_\_ Obras escolhidas. Tomo I. Lisboa: edições Avante, 1982.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

A intensificação e a extensão da heterogestão são meios típicos da realização capitalista. Este estudo levou-nos a entender que a heterogestão decorre e reproduz a expropriação, na medida em que o trabalhador não detendo a propriedade dos frutos de seu trabalho, não tem o controle sobre seu próprio trabalho, sendo comandado “de fora”, pelo capitalista e por sua burocracia. Assim sendo, sob o processo de valorização do capital, desenvolvem-se as forças produtivas, ao mesmo tempo em que se aprofunda a heterogestão e a alienação do trabalho<sup>9</sup>.

Todavia, como atesta a história, este proletariado, forjado pelo próprio capital, não permaneceria longo tempo sem esboçar qualquer reação ou resistência perante a exploração, a pobreza, as desigualdades, o autoritarismo e a alienação. Cedo ou tarde, aquele se poria em luta contra o capital e seus representantes, “fazendo girar a roda da história”.

Tanto Quintaneiros<sup>10</sup> quanto Hobsbawm<sup>11</sup> demonstram que o movimento operário acompanhou de perto, sobretudo ao longo do século XIX, o desenvolvimento das relações de produção burguesas. Primeiramente, os operários reúnem-se para lutar coletivamente por melhores salários, melhores condições de trabalho, redução da jornada, dentre outras reivindicações. Aquilo que Lênin denominou de luta “economicista”, “espontânea”, levada a cabo pelas organizações sindicais constituídas pelos próprios operários para defender seus interesses<sup>12</sup>. No bojo das reivindicações dos trabalhadores figura a autogestão como forma de superação da alienação completa imposta pelo capitalismo. Afinal, essas reivindicações econômicas e a democratização no trabalho, com o passar do tempo, mostraram-se impossíveis de serem completamente contempladas

---

<sup>9</sup> MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

<sup>10</sup> QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, M. G. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>11</sup> HOBSBAWN, Eric. *A Era das revoluções*. Europa 1789-1848, 10ª ed. 2005.

<sup>12</sup>Offe (1995), por exemplo, vai denominá-las de “coalizão de vendedores de força de trabalho”, compreendendo que a ação coletiva em torno de melhores remunerações seria algo, senão natural, ao menos esperado numa economia de mercado.

nos limites do modo de produção burguês, com sua necessária hierarquização, controle e autoritarismo no processo produtivo.

Portanto, o que foi sendo evidenciado na história é que a autogestão de forma alguma seria obtida fora da completa socialização dos meios de produção, ou seja, do socialismo<sup>13</sup>.

Para sermos consequentes, teoricamente coerentes e fiéis à história, devemos afirmar que a luta pela autogestão insere-se, sem meio termo, nas lutas do movimento operário pelo socialismo. Mas, as lutas pelo socialismo passariam, necessariamente, pela autogestão?

Para grande parte das correntes político-ideológicas, não se poderia falar em socialismo sem falar de autogestão. Porém, não foram tais vertentes ideológicas que conseguiram hegemonizar o movimento operário ao longo da história, desde o século XIX até o século XX. Os estudos realizados por Bühr<sup>14</sup> sublinham que a hegemonia política e ideológica sobre o movimento operário, no período citado, pertenceu à vertente comunista (marxistas ortodoxos ou marxista-leninistas) e à corrente socialdemocrata (reformista).

Mais do que grandes e significativas experiências históricas concretas, a autogestão é uma aspiração que vem acompanhando o desenvolvimento do movimento operário já desde o século XIX. Constitui, até hoje, um projeto de emancipação plena da classe trabalhadora, ainda não realizado.

A autogestão foi muito mais pensada e idealizada, do que realizada em toda a sua plenitude. Trata-se então de um trabalho de revisão bibliográfica, que investigou a visão de autogestão dos pensadores estabelecendo interface com aspectos do contexto capitalista e das lutas sociais da época em que viveram.

---

<sup>13</sup>À semelhança do ocorrido com o conceito de autogestão, também “socialismo” foi apropriado das mais distintas formas por variadas correntes políticas. Entretanto, crê-se que a questão da mudança da propriedade dos meios de produção deva ser essencial para poder falar-se em “socialismo”.

<sup>14</sup> BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise, 2ªed. São Paulo: Boitempo editorial. 2010.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

A perspectiva de análise deste trabalho é fundamentalmente histórica, pois parte-se do princípio de que o pensamento autogestionário se vincula às transformações, mutações e realinhamentos do modo de produção capitalista. A produção de idéias (dentre elas as da autogestão) tem, necessariamente, origem nas condições materiais de existência. As idéias ou as teorias não são desafiliadas (ou a - históricas), mas elas existem em consonância com a sociedade e suas contradições. Ao longo de toda a sua vida e obra, Karl Marx sempre sustentou que as ideias, em suas origens e fundamentos, necessariamente nascem a partir de determinadas condições materiais de existência.

Antes de qualquer outra coisa, cabe ressaltar, uma vez mais, que situamos o pensamento autogestionário dentre as manifestações superestruturais de uma infraestrutura antagônica e contraditória. Sendo tal pensamento um claro produto destes antagonismos e contradições que permeiam as relações de produção capitalistas, tal qual Engels<sup>15</sup> compreendeu o socialismo científico enquanto produto do desenvolvimento contraditório e antagônico do capitalismo.

### **2. Uma breve caracterização do capitalismo monopolista (1945-1973)**

A crise capitalista de 1929 foi reconhecidamente a maior crise clássica de superprodução vivida pelo modo de produção capitalista em toda sua história. Isto, mais os incontáveis estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial, contribuíram para que as tendências políticas, econômicas, sociais e ideológicas que já vinham se insinuando desde os primeiros anos do século XX se afirmassem e se consolidassem.

Sem embargo, do ponto de vista econômico, as principais mudanças verificadas sobretudo no pós-segunda guerra, foram a disseminação e consolidação da organização fordista da produção, assentada na

---

<sup>15</sup> ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1983.

combinação entre produção e consumo em massa. Harvey<sup>16</sup> já havia alertado para as inúmeras resistências à adoção generalizada do fordismo nos seus primórdios e à modificação ocorrida no padrão de intervenção estatal na economia. O dogma do mercado autorregulado começou a ser mais efetivamente questionado após a Segunda Guerra Mundial.

Primeiramente, de acordo com Harvey<sup>17</sup> e Botelho<sup>18</sup>, o fordismo permitiu uma enorme elevação dos ganhos de produtividade para a indústria capitalista. Por outro lado, a crise de 1929, entendida como uma crise de superprodução, reforçou, sobremaneira, a crítica e a desconfiança generalizada sobre o mercado autorregulado tão decantado pelo liberalismo.

Logo, pela conjunção desses fatos expostos no parágrafo acima, entrou em cena o receituário de intervenções econômicas proposto pelo economista J. M. Keynes tempos antes. O pensamento de Keynes punha em xeque a crença, até então dominante, de que a economia capitalista era capaz de, por si só - através de um mercado livre de interferências, promover a justa distribuição equilibrada dos recursos produtivos, pelos diferentes setores da economia. Na perspectiva de Keynes, caberia ao Estado o papel de intervir a fim de corrigir as falhas do mercado, visando, em última instância, o funcionamento perfeito do processo de acumulação.

Oliveira<sup>19</sup> mostra que os Estados nacionais passam a regular firmemente a economia capitalista, lançando mão de vários instrumentos de política econômica. Entretanto, dentre tais ações do Estado keynesiano na economia, destaca-se a sua preocupação com a questão da geração da demanda, com vistas a precaver o sistema das suas tradicionais crises de superprodução.

---

<sup>16</sup> HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> BOTELHO, Adriano. *Do fordismo à produção flexível*. São Paulo: Annablume, 2008.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Economia e política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura*. São Paulo: HUCITEC, 2009.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Como muito bem alerta Harvey<sup>20</sup>, as políticas keynesianas de incentivo à atividade econômica (através, por exemplo, da realização de investimentos em infraestrutura, gerando empregos), mais as políticas sociais e redistributivas, ensejadas por esta, eram o complemento necessário do fordismo com o chão da fábrica. Isso porque a produção em massa necessitava igualmente do consumo de massa, momento em que entram em cena as políticas redistributivas keynesianas a fim de constituir um mercado consumidor adequado às necessidades do capital em seu processo de valorização.

Portanto, os ganhos de produtividade obtidos a partir da organização fordista da produção - “os anos de ouro do capitalismo”- proporcionaram uma redistribuição mínima de renda. Tal fator permitiu melhorias nas condições de vida do operariado, ao mesmo tempo em que fez avançar o processo de acumulação, evitando as temidas crises de superprodução.

Contudo, o processo de valorização do capital, nos termos em que foi demonstrado no parágrafo anterior, requiritava, logicamente, uma “superestrutura política” que lhe desse a necessária sustentação no plano sociopolítico, ou, em outros termos, uma determinada conformação entre as classes que permitia, por um período relativamente extenso (1945 até 1970), manter dentro dos limites do ordenamento do capital as lutas e antagonismos entre capital e trabalho.

Segundo Bihl<sup>21</sup>, a chegada da socialdemocracia ao poder e sua política conciliatória soldou um verdadeiro pacto capital x trabalho. Em troca da abdicação de pendores revolucionários e da aceitação da exploração do fordismo - em sua insaciável busca por produtividade -, a classe operária e seus organismos sindicais obtêm uma considerável gama de direitos sociais e alguns ganhos salariais. Historicamente, verificou-se

---

<sup>20</sup> HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>21</sup> BIHL, Alain. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise, 2ªed. São Paulo: Boitempo editorial. 2010.

limitada mas efetiva redistribuição dos ganhos de produtividade auferidos pela combinação keynesianismo-fordismo<sup>22</sup>.

A dinâmica relatada no parágrafo imediatamente anterior reafirma a primazia da chamada “aristocracia operária” enquanto base ou sustentação de todo pacto capital x trabalho do período. Amplos contingentes de trabalhadores se beneficiaram do compromisso fordista mediante ganhos salariais, qualificação profissional, forte representação sindical, além do acesso a uma variedade de direitos sociais assegurados pelo Estado<sup>23</sup>.

Outro fato importantíssimo para a compreensão das condições sociais, políticas e econômicas existentes após a Segunda Guerra Mundial residiu na consolidação da URSS e a disseminação de seu modelo de sociedade para mais lugares, constituindo o chamado “bloco socialista”. Sem embargo, URSS e aliados passaram a representar um perigoso contraponto, um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo, iniciando, com isto, uma intensa disputa entre os blocos capitalista e socialista. O período que, na política internacional, ficou vulgarmente conhecido como “guerra fria”.

A constituição do chamado “bloco socialista” obteve enorme penetração no movimento operário da época, em escala mundial. O bloco passou, inclusive, a rivalizar com a socialdemocracia pela conquista da hegemonia no referido movimento, conforme relatou Bihl<sup>24</sup>.

A presença ou influência “comunista” nas classes trabalhadoras provocava o temor de uma revolução. Essa situação reforçava a posição do movimento operário na luta de classes em cada país, o que possibilitou que os trabalhadores arrancassem uma série de concessões do Estado e dos monopólios empresariais.

---

<sup>22</sup> Não podemos deixar de mencionar que tais melhorias nas condições de vida e trabalho alcançadas pelos operários nos países do capitalismo central, deram-se, em grande medida, à custa da superexploração dos trabalhadores na periferia subdesenvolvida (Meszaros, 2002).

<sup>23</sup> BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise, 2ªed. São Paulo: Boitempo editorial. 2010.

<sup>24</sup> Idem.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Portanto, o capitalismo conseguiu manter altas taxas de crescimento econômico combinadas com relativa estabilização dos conflitos interclassistas, conformando a era que ficou conhecida como “a época de ouro” do capitalismo.

Não obstante, essas mesmas condições históricas constituíram o solo fértil sobre o qual se ergueram novas propostas autogestionárias, como se verá adiante. Já de início, o que se pode afirmar é que o pensamento autogestionário que se formou no período histórico abordado possuirá, enquanto parâmetro, o modelo de socialismo proposto pela experiência da URSS (e aliados) e a situação vivenciada pela classe operária nos países capitalistas centrais.

Conforme se verá nas páginas seguintes, todas as principais propostas de autogestão geradas no período histórico em questão se mostraram profundamente críticas dos experimentos socialistas do modelo soviético. De modo geral, argumentava-se que este último não foi capaz de realizar a mais radical democratização do poder político e econômico, que seria “entregar” a gestão da sociedade, em seus mais variados aspectos, ao conjunto dos produtores associados, ou seja, à classe trabalhadora.

Assim, o que se viu na URSS foi a monopolização dos poderes políticos e econômicos nas mãos de uma minoria dirigente, a burocracia, que era responsável pela gestão de um Estado totalitário e das próprias unidades produtivas. A classe operária era alijada dos poderes de decisão. Logo, para a quase totalidade do pensamento crítico analisado nessa pesquisa, a revolução proletária de 1917 terminou instituindo um novo segmento social dirigente, dominando e explorando, em novas condições, a classe operária<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Sobre uma caracterização exata da sociedade soviética há um imenso debate no campo das Ciências Sociais. Alguns críticos a caracterizaram como um “capitalismo de Estado”, enquanto outros entendem-na como um “Estado operário com deformações burocráticas”.

O outro fator condicionante para o pensamento autogestionário do período foi a nova situação da classe trabalhadora, sob a hegemonia fordista-keynesiana, nos países capitalistas centrais. Sobressai, no pensamento autogestionário da época, a preocupação com a viragem conservadora da classe operária, possibilitada pelos altos índices de crescimento do capitalismo a partir do pós-guerra.

Sem embargo, os ganhos de produtividade e sua relativa redistribuição, a partir das políticas keynesianas, permitiram uma elevação sem precedentes no padrão de vida da classe operária que, provida de direitos políticos e sociais, parecia caminhar para a plena integração ao sistema, deixando no passado a sua antiga posição de antagonista.

Logo, em linhas gerais, é nessa moldura mais geral que se buscou compreender o pensamento autogestionário nessa segunda fase do capitalismo monopolista (1945-1973). Neste período reconhecemos como pensadores chave os intelectuais e militantes: Cornelius Castoriadis; André Gorz e João Bernardo.

### **3. A Autogestão no pensamento de Cornelius Castoriadis**

Cornelius Castoriadis nasceu no ano de 1922, na cidade de Constantinopla (atual Istambul, capital da Turquia), tendo posteriormente, após a Segunda Guerra Mundial (1945), migrado para Paris, onde permaneceu até a sua morte, ocorrida já no ano de 1997.

Filósofo, economista e psicanalista, filiou-se ao Partido Comunista Internacionalista que, por sua vez, era o representante, em solo francês, da IV Internacional comunista, fundada por Trotsky. Adiante, no ano de 1948, rompe com o trotkismo e, junto com outros intelectuais e militantes, funda o grupo denominado “socialismo ou barbárie”, onde, um ano depois (1949), começará a edição da revista homônima ao grupo.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

A revista *socialismo ou barbárie* permanece ativa até o ano de 1965, quando, após uma série de desavenças entre seus membros, o grupo é dissolvido.

No que tange à questão da autogestão no processo produtivo propriamente dito, Castoriadis constata a necessidade de superação das antigas reivindicações em torno das nacionalizações e da planificação econômica em favor de uma nova concepção de socialismo.

De acordo com Castoriadis, a autoemancipação operária já não poderia ser pensada a partir das antigas reivindicações que giravam em torno da estatização de empresas e planificação da economia. Isso porque o desenvolvimento capitalista, por si só, em certa medida, realizara tais iniciativas sem superar as desigualdades entre diretores e executores, nem tão pouco pode superar a opressão operária nos locais de trabalho, dentre outras aspirações da classe trabalhadora<sup>26</sup>.

Em verdade, segundo Castoriadis<sup>27</sup>, a concentração e a centralização dos capitais, o aprofundamento da divisão do trabalho e a complexificação do processo produtivo exigira medidas no sentido da nacionalização e da planificação.

Corroborando a tese de Castoriadis, brevemente exposta no parágrafo anterior, a experiência histórica da URSS e aliados que, embora tenham seguido à risca o receituário que combinava estatização com planificação, pouco havia realizado no sentido de promover uma verdadeira emancipação da classe operária. Ao contrário, jazia em condições de trabalho extremamente alienantes, sob forte exploração e opressão política.

---

<sup>26</sup> O mesmo Castoriadis (1983) afirma que a raiz da crise do capitalismo se encontraria na heterogestão do processo produtivo. Ao mesmo tempo em que o capitalismo criaria as condições para a realização dos anseios e subjetividades de cada trabalhador, por outro lado sufocava-as nas determinações e hierarquias das fábricas, originando uma contradição difícil de solucionar, nos marcos da acumulação capitalista.

<sup>27</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: editora brasiliense, 1983.

Nestes países, autointitulados “socialistas”, ao invés do poder operário, instaurou-se, após a revolução de outubro de 1917, a dominação de um novo segmento, a burocracia. Tanto no Estado quanto nas próprias unidades produtivas, a burocracia passou de fato a fazer a gestão do processo produtivo, ainda que, formal ou juridicamente, a propriedade figurasse como coletiva<sup>28</sup>.

Portanto, nas condições acima expostas, a proposta socialista, segundo Castoriadis, caso tivesse a real intenção de promover a libertação da classe trabalhadora, deveria ir muito mais além da estatização e da planificação da economia. Para o pensador, era essencial promover a *gestão operária dos meios de produção e da sociedade*. Seria este o indispensável “conteúdo do socialismo”, apregoado por Castoriadis.

Sem embargo, a nova ordem social proposta por Castoriadis deveria combinar a gestão operária nos próprios locais de trabalho com a gestão operária também na esfera político-administrativa de toda a sociedade. Para ele, não faz sentido algum desejar a gestão ativa das massas no terreno político, *pari passu* à manutenção de uma estrutura hierarquizada no interior do processo produtivo, opondo dirigentes e executantes. Tal situação rapidamente degeneraria num arrefecimento da participação popular também no campo político.

Logo, na visão de Castoriadis, a gestão operária implicaria em pôr fim à separação entre direção e execução no interior da empresa. Não se trata de mera substituição de um aparelho diretor por outro, ainda que esta nova direção seja constituída por integrantes de origem operária, porém a fusão entre as funções de direção e execução.

---

<sup>28</sup> Segundo Viana (2008), a antiga URSS, apesar de oficialmente afirmar a propriedade coletiva dos meios de produção, na prática, exibia a gestão privada desses mesmos meios. Era a burocracia soviética quem, de fato, comandava o processo produtivo, cabendo a ela as principais decisões no que diz respeito à produção. Nestas condições, monopolizando o poder político e econômico, seria bastante improvável que essa mesma burocracia não buscasse auferir vantagens materiais para si, aprofundando as desigualdades entre dirigentes e dirigidos naquelas sociedades.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Ademais, frente à tarefa de gerir a produção, coloca-se para a classe operária a realização de um novo conteúdo para o trabalho na empresa, de modo a superar a face maçante e alienante do trabalho em prol da busca por uma atividade laborativa que de fato implicasse na realização da subjetividade humana.

Para esse pensador, a autogestão do processo produtivo pressupunha a necessária transformação revolucionária na base tecnológica da sociedade. As forças produtivas engendradas sob a dominação capitalista nasceram sob os imperativos do capital, que busca, sobretudo, promover a completa dominação sobre o trabalho no interior do processo produtivo. Para reverter tal dominação na esfera produtiva, faz-se indispensável colocar em prática novas opções de tecnologias, mais afeitas aos novos objetivos propostos pela gestão operária, de promoção da completa autonomia do trabalhador no processo produtivo.

Mais a frente, outro aspecto importante para o estabelecimento da autogestão, segundo Castoriadis, localiza-se na questão do planejamento econômico. Este, diferente das iniciativas levadas a cabo na URSS e em outros países “socialistas”, não deveria ficar a cargo de uma burocracia dominante, monopolizadora das decisões no que diz respeito à economia como um todo. Nos quadros da autogestão social, Castoriadis entende que a planificação deve ser assunto de todos os produtores, envolvendo todos os trabalhadores, de todas as unidades produtivas, em suas decisões.

Com efeito, tal tarefa deveria ser facilitada pelas novas tecnologias de comunicação e pela capacidade dos órgãos centrais de disseminarem as informações de forma resumida e coerente para toda a população, afim de que estas possam manifestar-se da forma mais democrática possível.

Entretanto, Castoriadis, reconhecendo certas limitações inerentes à planificação, assinala que, no que concerne à determinação da estrutura do consumo, o planejamento revela uma de suas sérias limitações.

Frente aos problemas suscitados, Castoriadis pensa que a nova ordem autogerida precisaria de um mercado consumidor que, nos limites traçados pela planificação, garantisse a “soberania do consumidor”<sup>29</sup>.

Complementa o pensamento autogestionário de Castoriadis a ênfase que o mesmo atribui aos conselhos enquanto “espinha dorsal” da nova ordem sociopolítica autogerida.

Sendo assim, Castoriadis defende a disseminação dos conselhos em toda a sociedade, porém marca uma diferença entre os conselhos pensados por ele e aquelas iniciativas históricas consubstanciadas nos *soviets* russos. Na experiência comunista os conselhos eram organismos de base eminentemente política, congregando amplos contingentes populacionais por localidade. Os conselhos propostos por Castoriadis<sup>30</sup> organizar-se-iam com base nos locais de trabalho. A um só tempo, órgãos de representação política e órgãos para a gestão do processo produtivo.

Percebendo que grande parte da vida social da classe operária se passava no interior da empresa ou em suas proximidades - nos clubes recreativos, nas cantinas e nos demais locais de reunião dentro da empresa-, Castoriadis justifica o imperativo de se estabelecerem os conselhos por locais de trabalho. Somente quando os locais de trabalho e moradia não coincidissem é que se tornaria necessária a instituição de conselhos por localidades, congregando interesses de moradores e empresas da região.

Na perspectiva apontada por Castoriadis, também as pequenas e médias empresas, bem como a pequena propriedade camponesa (onde existir), serão incentivadas a se organizarem através de conselhos. Ademais, Castoriadis argumenta em favor de uma estrutura federativa para os

---

<sup>29</sup> Neste ponto, Castoriadis (1983) remonta as discussões em torno da polêmica planificação x mercado. Os problemas advindos da planificação burocrática levadas a cabo em países como a URSS (e aliados) deram origem a um amplo debate que permeou a esquerda durante longo período no século XX. Ainda sobre isto, Mandel (1989) relatou a enorme dificuldade atravessada pelo povo russo para conseguir mercadorias que atendessem suas necessidades, em quantidade e qualidade.

<sup>30</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: editora brasiliense, 1983.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

conselhos operários, constituindo conselhos locais, regionais e, por fim, um conselho central. O poder e determinações emanariam das bases, cabendo aos primeiros tão somente a tarefa de coordenar as atividades e deliberações do conjunto dos conselhos.

Continuando, Castoriadis prevê para a nova ordem social autogerida a expansão da participação popular nos assuntos públicos, bem como, nas fases iniciais de construção da nova sociedade, a reminiscência de posições distintas sobre um determinado assunto provocaria, certamente, uma “batalha de ideias”.

Numa situação como a apontada acima, é natural, segundo Castoriadis, o agrupamento de indivíduos com pontos de vista semelhantes, através da formação de partidos políticos. Embora possa parecer um tanto quanto paradoxal, na nova ordem autogerida, pensada por Castoriadis, coexistiriam partidos e conselhos enquanto instituições destinadas à atividade política.

Nas condições políticas expostas acima, fica a questão: quais ideias ou partidos poderão exercer livremente seus direitos políticos na nova ordem revolucionária? Com efeito, tal questionamento remonta à polêmica questão da chamada “ditadura do proletariado”.

Castoriadis defende a ideia de que caberia aos conselhos, enquanto órgãos de expressão do ponto de vista da maioria operária, a prerrogativa de decidir quais partidos e projetos políticos não contrariariam os princípios autogestionários fundamentais na nova ordem social. Caso as concepções de determinado grupo fossem consideradas como ofensivas à nova ordem socialista e autogestionária, o partido em questão não poderia atuar livremente.

#### 4. A Autogestão no pensamento de André Gorz

André Gorz nasceu em 1924 na cidade de Viena, na Áustria, filho de um comerciante de madeiras. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, sua mãe o envia para a Suíça, visando evitar a sua convocação pelo exército alemão. O jovem Gorz permanece apátrida até 1957, quando então se naturaliza francês. Graduou-se em engenharia química no ano de 1945, pela escola de engenheiros da universidade de Lausanne. Já no ano seguinte, em 1946, conhece Jean-Paul Sartre, tornando-se próximo deste e sendo influenciado pelo existencialismo e pela fenomenologia.

Ademais, atuou como jornalista, contribuindo principalmente para o jornal *Les temps modernes*, de Paris. Amigo de Herbert Marcuse, também foi influenciado pela Escola de Frankfurt. Tornou-se um dos principais teóricos da chamada “nova esquerda”, influenciando organizações estudantis e sindicais. Viu nos acontecimentos do Maio de 1968 a confirmação de suas ideias. Gorz veio a falecer em 2007, quando ele e sua esposa cometeram suicídio, ao descobrirem que ela encontrava-se acometida de doença incurável.

Para Gorz<sup>31,32</sup>, o principal erro estratégico do movimento obreiro das nações capitalistas centrais no período em questão residiria na sua reiterada insistência em calcar suas ações, sobretudo, nas reivindicações de melhores condições de subsistência para a classe trabalhadora. Ou seja, maiores salários e/ou mais direitos sociais, algo que, malgrado a sua reconhecida importância, era, naquela etapa histórica de ascensão do capitalismo monopolista, um tanto quanto “assimilável” pelo *status quo*.

---

<sup>31</sup> GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Trad. Jacqueline Castro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

<sup>32</sup> GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helena Küner. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968b.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Em verdade, Gorz<sup>33</sup> está se reportando ao momento histórico em que o capitalismo monopolista mostrava-se capaz de produzir excedente relativamente suficiente para atender parte das reivindicações trabalhistas (lembrando que estas giravam em torno de questões ligadas à reprodução material da força de trabalho).

Ao contrário do que se poderia imaginar, Gorz assinala que os ganhos obtidos pelo sindicalismo tradicional eram facilmente “revertidos” em prol do sistema. Isso porque o aumento salarial implicava fatalmente no incremento do mercado consumidor interno e porque os constantes ganhos de produtividade obtidos pela indústria fordista recuperavam o valor dispensado em reajustes salariais pelo capital.

Da maneira como evidenciado acima, não colocava em causa as não menos importantes aspirações da classe trabalhadora como, por exemplo, a realização pessoal no trabalho, a ativa participação nas decisões sobre o que e como produzir, a superação da face maçante, cansativa e desumanizante do trabalho. Não era objeto de atenção uma pauta em favor de um processo de trabalho mais gratificante e atraente para o operário, enfim, o combate à alienação imposta pelos processos de trabalho do capitalismo monopolista.

Segundo Gorz, o movimento operário dos países capitalistas europeus, ao basear suas lutas na questão salarial, diferente do que se esperava, contribuía para a despolitização. A queda na participação em partidos e sindicatos é um forte indicador nessa direção. Para o pensador, na medida em que a classe operária adquiria melhores remunerações a despolitização era ampliada, ou seja, faltava para o movimento operário uma bandeira que realmente reaglutinasse os trabalhadores para a ação coletiva. Segundo Gorz<sup>34</sup>, o pensamento dos trabalhadores em luta surgiria a partir da recusa da alienação imposta pelo fordismo.

---

<sup>33</sup> Idem, idem.

<sup>34</sup> GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Trad. Jacqueline Castro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

Na visão de Gorz, na transformação revolucionária da sociedade rumo a uma nova ordem social autogerida, os sindicatos tinham papel fundamental na organização do operariado nos próprios locais de trabalho. A esses mesmos sindicatos caberia a tarefa de aglutinar os trabalhadores em torno do combate à organização da produção capitalista, com seu cortejo de hierarquias, controles e autoritarismos de todo o tipo, lutando para fazer valer os interesses dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Essa mesma luta nos locais de trabalho serviria como preparação para o operariado na experiência da autogestão.

Logo, as lutas pela autogestão nos locais de trabalho, de estudo, moradia e lazer constituiriam, para Gorz<sup>35</sup>, o cerne de uma estratégia ofensiva para o movimento operário. A estratégia seria capaz de apontar para um futuro diferente da submissão e da desumanização promovida pelo capitalismo monopolista.

Com efeito, a luta contra a alienação exacerbada no capitalismo monopolista e a concomitante busca da autodeterminação operária seria capaz, na visão de Gorz, de demonstrar em que a proposta socialista poderia superar a qualidade de vida da classe trabalhadora sob o capitalismo.

Um projeto autogestionário distinto não só em termos de condições materiais de existência, como também em termos qualitativos, porque capaz de promover a autodeterminação de todos e de cada um, numa nova realidade livre de hierarquias, autoritarismo e opressões. Uma nova sociedade capaz de promover o livre desenvolvimento das capacidades e aspirações de cada indivíduo.

Logo, questões como o que produzir, quanto, como e para quê, devem, sob o socialismo, serem determinadas pelos produtores associados, pondo a produção a serviço dos objetivos individuais e coletivos dos

---

<sup>35</sup> Idem, idem.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

trabalhadores e não o contrário, como o faz o capitalismo monopolista, que coloca a grande maioria da população à serviço da acumulação<sup>36</sup>.

Segundo Gorz<sup>37</sup>, as experiências do chamado “socialismo real” não foram capazes de fugir, ou evitar, a submissão da classe trabalhadora aos cegos objetivos da acumulação. Entretanto, Gorz<sup>38</sup> entende que a manutenção da heterogestão e submissão do conjunto dos produtores ao comando de uma burocracia, naqueles países autointitulados “socialistas”, respondia às condições do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, conjugada ao problema da igualmente baixa qualificação da mão-de-obra naqueles países.

Em tais condições adversas, ainda segundo Gorz<sup>39</sup>, praticamente se impunha a necessidade de um comando centralizado da produção que “empurrasse” à frente a tarefa, primordial para a construção do socialismo, de desenvolver as forças produtivas.

Na visão de Gorz, o elevado nível de produtividade do trabalho, concomitante ao desenvolvimento das forças produtivas, consiste em ingrediente básico e indispensável para a efetivação de uma nova ordem socialista e autogerida. Antes de promover a real subordinação das forças produtivas às aspirações do conjunto dos produtores associados, há a necessidade de que a escassez seja efetivamente superada em favor de uma nova economia da abundância, mediante o desenvolvimento das forças produtivas.

Sendo assim, não faltariam recursos materiais para a subsistência de todos. Por si só, a escassez de bens de subsistência seria capaz de “travar” a

---

<sup>36</sup> GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helena Küner. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968b.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.

realização do socialismo, na medida em que haveria a impossibilidade material de garantir a satisfação de cada um e de todos<sup>40,41</sup>.

De acordo com o que foi posto acima, Gorz constata que as principais nações capitalistas da Europa e, posteriormente, alguns países pertencentes à esfera de influência da URSS, já haviam alcançado as condições materiais suficientes para a construção de uma sociedade autogerida. Afinal, desenvolveram alta produtividade no trabalho e também elevado nível de qualificação de seus operários, duas condições *sine qua non* para a concretização da autogestão<sup>42</sup>.

Por fim, no que concerne à organização sociopolítica da nova sociedade, socialista e autogerida, Gorz<sup>43</sup> sublinha a necessidade de manter a autonomia sindical e partidária, num quadro de livre debate e expressão de ideias.

Assinala que a autonomia sindical nos locais de trabalho facilita a expressão e debate dos principais anseios dos trabalhadores enquanto coletivo, tanto sobre as questões afeitas à remuneração, como no que diz respeito a questões relacionadas à organização do trabalho.

Nesse sentido, a autogestão local contribuiria para que a planificação central fosse permanentemente corrigida, evitando que o planejamento da economia como um todo se visse “descolado” das reais necessidades e aspirações das massas produtoras. Portanto, Gorz<sup>44</sup> inverte o papel costumeiramente atribuído aos sindicatos em países como a URSS, onde os sindicatos cumpriam papel secundário, cabendo a eles a tarefa de zelar pelo cumprimento das determinações do plano.

---

<sup>40</sup> GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Trad. Jacqueline Castro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

<sup>41</sup> GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helena Küner. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968b.

<sup>42</sup> Tal concepção, presente em Gorz (1968b), é explicitamente referendada nos escritos de Marx constantes do trabalho “Crítica do programa de Gotha” e em notas esparsas dos livros II e III do “Capital”.

<sup>43</sup> GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helena Küner. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968b.

<sup>44</sup> Idem.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Outra instituição que, na ótica de Gorz<sup>45</sup>, precisa manter-se autônoma, seja perante o Estado, seja frente aos sindicatos e demais organizações de base, é o partido. Segundo Gorz, numa nova ordem socialista o partido deveria evitar imiscuir-se nas questões técnico-administrativas de cada setor, no Estado ou nos locais de produção, para ater-se às questões de ordem político-ideológicas globais. Ou seja, ao partido caberia manter viva, na sociedade, a discussão acerca da nova ordem social a ser edificada. Da mesma forma, o partido deveria esforçar-se por coordenar os esforços dos mais variados setores da sociedade no sentido da construção de uma nova “civilização”<sup>46</sup>.

### 5. A autogestão no pensamento de João Bernardo

Diferente de pensadores contemporâneos seus<sup>47</sup>, o português João Bernardo possuiu acentuada militância política em distintas organizações revolucionárias entre as décadas de 1960 e 1970. Nascido no Porto, no ano de 1946, João Bernardo inicia sua trajetória enquanto militante-intelectual como estudante de história, em 1965, na Universidade de Lisboa. É desse período a militância no movimento estudantil que lhe rendeu a expulsão daquela universidade e a proibição de frequentar qualquer universidade portuguesa, num período de oito anos. Além disso, entre 1963 e 1966, foi integrante do Partido Comunista Português (PCP), chegando a ser preso por três vezes nesse período<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Vale a pena recordar que, segundo Anderson (2004), o desenvolvimento do marxismo na Europa ocidental, no decorrer do século XX, exibiu uma tendência para, a partir da Segunda Guerra Mundial, originar estudiosos afastados de considerável inserção direta em qualquer movimento partidário. Situação bastante diferente daquela observada nas primeiras décadas do século passado, quando dentre os principais nomes vinculados à tradição marxista encontravam-se Lênin, Luxemburgo, Gramsci e Trotsky, que ficaram conhecidos como importantes lideranças políticas, naquela época.

<sup>48</sup> Lembrando que a esta altura Portugal vivia sob a ditadura salazarista, que viria a ser derrubada somente em 1974, com a chamada “Revolução dos Cravos”.

Já em 1966, ingressa numa fração maoísta do comunismo português, passando à clandestinidade no final de 1967. No ano seguinte vai para Paris, exilado, onde permanece até 1974. Primeiramente, militou na organização maoísta intitulada “Comitê marxista-leninista português” e, posteriormente, ao romper com a direção deste agrupamento, fundou o “Comitê Comunista Revolucionário Marxista-Leninista”, no ano de 1969.

Em 1974, Bernardo foi expulso do grupo por ele mesmo fundado, sob a acusação de “trotskysmo”, levando o citado autor a fundar, juntamente com outros camaradas ex-integrantes do comitê, o jornal intitulado “Combate”. A experiência durou até o ano de 1978 e foi marcada por ações de ocupação de empresas e formação de comissões de fábrica durante a revolução portuguesa<sup>49</sup>.

Após o fracasso das iniciativas autogestionárias ao longo da revolução portuguesa, Bernardo passa a dedicar-se aos estudos e à atuação como professor. Nessa trajetória, passou por vários países europeus, pelos EUA, até chegar ao Brasil em 1984. Aqui, permaneceu até o ano de 2009, ministrando cursos, como professor convidado, em diversas universidades.

Após essa breve apresentação da trajetória política e intelectual de nosso pensador, passemos à exposição de sua concepção de autogestão.

Bernardo reporta-se ao papel até então jogado pelo sindicalismo em grande parte dos países capitalistas, quando, sob a hegemonia do Keynesianismo-fordismo, a instituição representativa dos trabalhadores se institucionalizou, burocratizando-se e mantendo os conflitos inter-classistas nos limites da ordem estabelecida e se configurou como base de apoio ao pacto socialdemocrata entre capital e trabalho, que referendava o keynesianismo-fordismo.

Tais formas de luta, como os sindicatos, eram forjadas no calor das lutas operárias, mas eram “domesticadas” pela dominação capitalista, esvaziando todo o seu potencial revolucionário, o que transformava os

---

<sup>49</sup> Trata-se do movimento que ficou conhecido como “Revolução dos Cravos”.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

sindicatos em instituições burocratizadas, hierarquizadas e voltadas para a gestão da mão-de-obra em favor dos capitalistas. Mas, o mesmo não se dava com as organizações autônomas forjadas pelos trabalhadores na própria luta<sup>50</sup>.

Nas condições evidenciadas acima, Bernardo acreditava na capacidade dos conselhos de fábrica para organizar e levar a cabo a luta da classe operária. Para ele, as reivindicações mais quotidianas (melhorias salariais, redução da jornada e melhores condições de trabalho) poderiam avançar, progredindo de conflito em conflito, de modo que essas mesmas condições conduzissem ao rompimento da disciplina capitalista na fábrica. Nestes termos, Bernardo vislumbra os conselhos como estratégicos, pois podem, mediante um processo de greve de ocupação, levar o movimento ao controle operário da fábrica, suplantando a autoridade patronal e desconstruindo suas ordens e hierarquias.

Bernardo explica que, uma vez o coletivo operário no comando da unidade produtiva ocupada, a direção capitalista e seus despotismos e hierarquias podem ser colocados em questão. E, na medida em que os trabalhadores necessitam continuar produzindo afim de “ganhar o pão de cada dia”, o coletivo operário deve, necessariamente, instituir novas formas de organização da produção. Para isso, é necessário dar-lhes seu próprio conteúdo, instituindo novas relações de produção, calcadas no igualitarismo e no coletivismo.

Bernardo compreende que o movimento operário e revolucionário traz consigo, em seu âmago, o germe das novas relações de produção. Com essa visão, o pensador se opõe a muitas outras concepções da esquerda que definem primeiro a tomada do poder político, para, somente em seguida, dar início à construção das novas relações sociais.

O começo são as lutas engendradas a partir dos conselhos de fábricas, passando pela gestão operária da empresa, espraiando-se depois

---

<sup>50</sup> BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez. 1991.

pelos locais de estudo, lazer e moradia. Este, de fato, é o caminho concebido por Bernardo rumo à autogestão em todas as esferas da vida social.

Contudo, a situação revolucionária imaginada por Bernardo traz consigo inconvenientes que o mesmo autor identifica. Bernardo assinala que as primeiras dificuldades surgidas para a autogestão das fábricas ocupadas decorrem da necessidade dos operários escoarem a sua produção para o mercado ou necessitarem deste (e das empresas capitalistas) para obterem matéria-prima para sua própria produção.

Conforme Bernardo, desde quando necessitam estabelecer relações comerciais com o mercado capitalista, as fábricas sob controle dos trabalhadores terminam sendo compelidas a curvarem-se diante dos imperativos de produtividade reinantes no mundo capitalista. Isso traz claros reveses para as novas relações sociais estabelecidas pelos operários, calcadas no coletivismo e no igualitarismo.

Todavia, os critérios capitalistas de “viabilidade” e “eficiência” exigem que o processo produtivo organize-se de maneira a permitir a maior extração de trabalho excedente possível. E, para tanto, impõe-se a necessidade de hierarquização e comando centralizado, o que é um requisito que caminha exatamente na contramão das novas relações sociais estabelecidas pelos operários em luta.

E isso se dá numa dinâmica de alternância típica. Ora o coletivo autogestionário reafirma os seus princípios transformadores das relações de produção e, assim, começam a enfrentar dificuldades para se manter no mercado. Ora, em razão das dificuldades econômicas, recuam de seus propósitos igualitários e coletivistas, abrindo margem à restituição da disciplina capitalista e seus critérios de eficiência e produtividade<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez. 1991. O mesmo Bernardo (1991) avança a hipótese da constituição de “mercados de solidariedade”, que envolveriam amplos contingentes de cidadãos que, conscientes e solidários à luta da classe trabalhadora, adquiririam preferencialmente seus produtos visando auxiliar materialmente o processo de autoemancipação operária em curso.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

As oscilações retratadas nas linhas acima constituem, para Bernardo, o “começo do fim” para as experiências autogestionárias. Nas incertezas e vacilações das novas relações de produção, crescem a divisão e a desilusão no seio do movimento operário. E, desse jeito, começa a enfraquecer-se por si só, abrindo espaço para a reação e a repressão capitalistas.

Logo, para Bernardo, além da inegável necessidade de uma transformação de grande alcance que limite bastante o raio de influência do mercado capitalista, se impõe a necessidade do estabelecimento de novas tecnologias, adequadas às novas relações de produção. E, para isso, faz-se imprescindível a definição de critérios próprios de eficiência e produtividade.

A partir dessa visão sobre os novos critérios de eficiência e produtividade pós-capitalistas, Bernardo desenvolverá suas reflexões “Para uma teoria do modo de produção comunista”. Segundo Bernardo<sup>52</sup>, sob o modo de produção capitalista temos a dominância da lei do valor, promovendo sempre a extração de trabalho não-pago e a concomitante separação entre produtores e meios de produção. Todavia, no novo modo de produção comunista, ter-se-á o predomínio daquilo que Bernardo veio a chamar de “Lei do institucional”, que significa a subordinação da economia às decisões e determinações do conjunto dos produtores. Ou seja, a submissão da produção aos objetivos e requisições da coletividade, invertendo a situação da classe trabalhadora disponibilizada aos objetivos de valorização do capital.

Ademais, no que diz respeito à organização sociopolítica da nova sociedade, Bernardo defende que a nova ordem social seja organizada em torno dos conselhos (de fábrica, dos locais de moradia e de lazer). Conjuntamente, esses conselhos formariam uma estrutura tipicamente federalista, coordenados por um conselho central controlado a partir das

---

<sup>52</sup> BERNARDO, João. *Por uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

bases. Pelo que tudo indica, Bernardo entende que a autogestão no terreno das relações de produção se combinaria com a autogestão nos demais aspectos da vida social, consubstanciando um processo indispensável para a completa superação do Estado no comunismo.

## **6. A Autogestão Sob o Capitalismo Monopolista fase II (1945-1973)**

Com relação a autogestão no processo produtivo propriamente dito e na economia como um todo, evidenciou-se que a autogestão é pensada a partir de dois determinantes principais. Primeiro, a dominação burguesa e sujeição às quais se encontrava submetida à classe operária dos países capitalistas centrais, sob a hegemonia fordista-keynesiana. E, segundo, a partir do tipo de socialismo originado da experiência soviética.

Marcuse<sup>53</sup> assinala que, tanto faz se o cenário era a URSS ou da França, a classe operária encontrava-se, sob o fordismo, reduzida a uns poucos gestos repetitivos e sem sentido, submetida ao autoritarismo e à hierarquia fabril, sem qualquer domínio sobre uma atividade que consumia grande parte de seus dias.

Assim, tanto Gorz quanto Castoriadis serão enfáticos quanto à necessidade do trabalho ser capaz de conter em si, a plena realização das aspirações subjetivas do trabalhador. O trabalho que, sob o capitalismo monopolista, mortifica e degrada o operário, que não lhe dá qualquer significado especial além de ser ele um mero “ganha-pão”, deve ser superado numa nova ordem socialista e revolucionária. A realização das aspirações individuais do operário deve motivar o projeto revolucionário.

Sem embargo, os pensamentos de Castoriadis e Gorz são unânimes quanto à necessidade da autogestão para que se concretizem os objetivos acima. Em contrário, ignorar as questões qualitativas colocadas

---

<sup>53</sup> MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. O homem unidimensional. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

representaria a repetição do “socialismo” da URSS. E, nesse caso, significaria manter as condições alienantes do trabalho operário, a heterogestão, a divisão da sociedade em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida.

Assim, o pensamento autogestionário do período histórico em análise recoloca, com força total, a questão da necessária superação da alienação do trabalho pelo socialismo, fato um tanto quanto negligenciado pela esquerda a partir do advento da URSS. Posto de outra forma, o pensamento autogestionário citado aqui reinsere no movimento socialista um problema agravado sob a hegemonia fordista-keynesiana, a referida alienação do trabalho, mostrando a autogestão enquanto único caminho para a sua superação.

A partir de Castoriadis e Gorz o socialismo não poderia mais se limitar à planificação econômica e à propriedade coletiva dos meios de produção, devendo adicionar a isto o conteúdo da *autogestão do processo produtivo*.

Quanto a Bernardo, embora o mesmo pareça centrar seu pensamento em torno das formas de organização autônoma do proletariado (conselhos de fábrica e comitês de greve) como única via consequente para a transformação em direção à autogestão social, o mesmo acaba reconhecendo as limitações da autogestão quando esta se dá no modo de produção capitalista.

Assim, o próprio Bernardo explica que, a partir das lutas autônomas desenvolvidas pelo proletariado, evidenciam-se imposições do mercado capitalista. Para manter-se “viva”, a fábrica sob gestão operária termina tendo que se adaptar aos critérios de produtividade, racionalidade e eficiência instituídos pelo modo de produção capitalista.

As relações de produção engendradas sob a gestão operária passam a sofrer pressões do mercado, no sentido de adequá-las aos critérios de eficiência e produtividade do capitalismo. Segundo os relatos contidos em

Bernardo<sup>54,55</sup>, a unidade produtiva, então sob gestão operária, passa a oscilar entre seguir os critérios coletivistas e igualitários ou curvar-se à necessidade de sobrevivência no mercado capitalista. De certa forma, o metabolismo do capital consegue pressionar a experiência autogestionária pela adoção de seus despóticos critérios de organização da produção.

A partir das oscilações e vicissitudes expostas acima, Bernardo<sup>56</sup> observa a tendência à crise da nova forma autogestionária, considerando-a “o começo do fim” de tais iniciativas revolucionárias. Para Bernardo, o objetivo da consolidação de um novo modo de produção autogestionário necessitaria de novas tecnologias, nova racionalidade, novos critérios de eficiência, todos bem distintos daqueles praticados sob o capitalismo.

Castoriadis, por exemplo, aborda a questão da necessidade de se constituírem novas tecnologias de produção consoantes aos objetivos da autodeterminação dos produtores em suas próprias atividades laborativas. A tecnologia criada sob a dominação do capital obedece a critérios que caminham no sentido da exploração e subjugação do trabalho vivo perante o trabalho morto. Por isso, Gorz também percebe a imperiosa necessidade de uma nova tecnologia a favor da autodeterminação do trabalho no processo de produção<sup>57,58</sup>.

Acerca da nova ordem sociopolítica autogestionária, os pensadores analisados imaginam que esta deva ter, enquanto espinha dorsal, a experiência dos conselhos de fábrica, de locais de moradia e de lazer e essa organização deve ocorrer em todos os níveis da sociedade (local, regional ou por ramos de produção). Neste esquema, haveria um conselho central ou um Estado controlado a partir das bases, ou seja, as decisões afluíam das

---

<sup>54</sup> BERNARDO, João. *Por uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

<sup>55</sup> BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>56</sup> Idem, idem.

<sup>57</sup> GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Trad. Jacqueline Castro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

<sup>58</sup> GORZ, André. *O socialismo difícil*. Trad. Maria Helena Küner. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968b.

## DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

bases para o centro e não o contrário, como nas chamadas “democracias burguesas”.

Além da estrutura conselhistas brevemente exposta no parágrafo acima, o pensamento autogestionário da época foi capaz de, a partir das desastrosas experiências da URSS e aliados, focar as questões relativas às liberdades políticas. Nesse processo, chegaram à conclusão de que negligenciar o assunto das liberdades poderia colocar em risco a vida dos organismos de base, a ativa participação das massas na condução dos negócios públicos e, por fim, o próprio projeto de uma sociedade autogerida.

Não por outras razões é que, por exemplo, Gorz<sup>59</sup> se preocupará com a defesa da autonomia dos sindicatos e do partido frente ao Estado numa hipotética transição socialista, além de sublinhar a importância de manter vivo o debate político nos organismos de base.

Concomitantemente, a reflexão de Castoriadis<sup>60</sup> aponta para a coexistência do multipartidarismo com a estrutura conselhistas, afirmando que a organização em diversos partidos refletiria a multiplicidade de opiniões e o intenso envolvimento das massas na construção do socialismo. Castoriadis afirma também que o conteúdo “ditatorial” do novo poder proletário deve se manifestar na prerrogativa dos conselhos em permitir ou não a existência legal de um determinado partido, o que dependeria dos objetivos deste pôr ou não a nova ordem revolucionária e autogestionária em risco.

Gorz atribui aos sindicatos a tarefa de organizar a gestão operária do processo de produção e ao partido de massas a missão de coordenar ou unificar as diversas lutas autogestionárias de um determinado país. O pensamento de Castoriadis também contempla a existência de partidos de

---

<sup>59</sup> Idem, idem.

<sup>60</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: editora brasiliense, 1983.

massas que auxiliem a fazer do proletariado o protagonista maior da luta revolucionária pelo socialismo e pela autogestão.

No mais, em relação à questão da organização sociopolítica da nova sociedade autogerida, Bernardo seguirá a linha dos demais. Defenderá a organização calcada nos conselhos, tendo um conselho central responsável pela coordenação das atividades de todos os conselhos, mas sempre controlado pelas decisões dos conselhos de base.

Em suma, pelo exposto podemos caracterizar o pensamento autogestionário do período como marcado pela experiência de dominação keynesiano-fordista, que permitiu a elevação das condições materiais de vida da classe operária, descentrando o tema da privação das condições mínimas de existência como motor do impulso do proletariado à revolução, tal qual foi pensado na época de Marx<sup>61</sup>. Além disso, havia a crítica ao modelo de sociedade estabelecido na URSS e aliados, autointitulados “socialistas”. Portanto, os dois fatores serviram como parâmetros para a construção do pensamento autogestionário do período.

O pensamento autogestionário de Castoriadis, Gorz e Bernardo refletiriam, a um só tempo, os anseios de libertação de uma classe operária submetida às condições bastante alienantes impostas pela moderna organização fordista da produção.

Recebido em 06.05.2016  
Aprovado em 23.05.2016

---

<sup>61</sup> MARCUSE, Herbert. *Marxismo soviético*. Uma análise crítica. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.